



PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS

Um percurso em construção

Organizadoras(es):

Raquel da Silva Silveira

Liziane Guedes da Silva

Henrique Caetano Nardi

Luciana Rodrigues

Psicologia e Relações Raciais: Um Percurso em Construção

Organizadoras(es):

*Raquel da Silva Silveira
Liziane Guedes da Silva
Henrique Caetano Nardi
Luciana Rodrigues*



ABRAPSO EDITORA

Florianópolis
2020

NÚCLEO DE PRODUÇÃO EDITORIAL DA GRÁFICA DA UFRGS (NUPE)

Acompanhamento Editorial Michele Bandeira

Projeto Gráfico e Editoração Fernanda Chiodi de Castilho

Capa Fernanda Chiodi de Castilho

Fotografia Alisson Batista

Revisão Maximiliano Kunrath

APOIO

ABRAPSO Associação Brasileira de Psicologia Social

NEPAR/PSI Núcleo de Extensão e Pesquisa Antirracista da Psicologia

PROREXT Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Psicologia e relações raciais [livro eletrônico] : um percurso em construção /
organização Henrique Caetano Nardi ... [et al.]. -- 1. ed. -- Florianópolis, SC
: ABRAPSO Editora, 2020. PDF

Outros organizadores : Raquel da Silva Silveira, Liziane Guedes da Silva, Luciana
Rodrigues.

ISBN 978-65-88473-05-4

1. Etnicidade 2. Psicologia 3. Raças - Conceito crítico 4. Relações raciais
I. Silveira, Raquel da Silva. II. Silva, Liziane Guedes. III. Rodrigues, Luciana.

20-52790

CDD-150.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia : Aspectos sociais 150.1

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Introdução ou Um Pouco da História deste Livro

*Raquel da Silva Silveira
Henrique Caetano Nardi
Liziane Guedes da Silva
Luciana Rodrigues*

Esse livro começou a ser gestado em 2016, inicialmente sendo fruto de uma pesquisa institucional sobre racismo e sofrimento psíquico e, depois, ganhando corpo com as produções teóricas de estudantes e pesquisadores(as) negros(as) que abriam os caminhos coletivos da negritude nos cursos de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

A seus 46 anos de existência, o curso de Psicologia da UFRGS não contava com nenhum(a) docente negro(a). Atualmente, tem uma docente negra na graduação e uma docente colaboradora negra no PPG, em um universo de 71 docentes. Até 2008, os bancos da Universidade eram majoritariamente ocupados por estudantes brancos e brancas. Havia uma alta procura pelo curso de Psicologia, sendo a maioria dos estudantes brancos(as), das classes média e alta. Assim, fosse por raça/cor, fosse por classe social, o encontro entre docentes e estudantes ficava circunscrito à branquitude. Os conflitos sociais, no que tange ao racismo, ficavam invisibilizados na sala de aula. Os problemas “sociais” constavam nos textos e livros estudados, às vezes com mais força, outras vezes de forma mais branda, mas sabia-se quem eram os(as) profissionais/pesquisado-

res(as) da Psicologia e quem eram os sujeitos-objetos de nossas ações, de nossas pesquisas, de nossas preocupações com a transformação social (pensando na Psicologia Social Crítica).

Contudo, o questionamento sobre a brancura dos corpos de docentes e estudantes e das teorias estudadas não existia, ou era marginal, fruto de ações individuais de professoras(es). Estava naturalizada a ausência dos sujeitos negros neste espaço. Havia uma concepção hegemônica de um “nós” pensado de forma universal, ou seja, o humano branco ocidental. A discussão teórica em torno das relações raciais e os processos de subjetivação relacionados a elas eram silenciados, parecendo ausentes.

O que já, de certa forma, buscava produzir fissuras na hegemonia branca, ocidental, cisheteronormativa era a temática de gênero/sexualidade e também o debate em torno das políticas públicas, tendo o SUS como modelo, debate esse introduzido em disciplina eletiva que progressivamente se tornou uma ênfase do currículo. Os estudos feministas vinham sendo incorporados no campo da Psicologia Social vinculada à ABRAPSO, o que desnudava os privilégios do homem branco heterossexual e cisgênero, mas as relações raciais estavam invisibilizadas.

Pode-se dizer que a maioria dos(as) docentes da Psicologia não estava atenta à longa trajetória do Movimento Negro no Brasil, principalmente da intelectualidade negra brasileira que desde Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos, Virgínia Bicudo, Milton Santos, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Neusa Santos Souza e Sueli Carneiro vinham problematizando, pesquisando, construindo e visibilizando os percursos de luta dos coletivos de negros e negras brasileiros(as), tais como: Frente Negra Brasileira, Teatro Experimental do Negro, Movimento Negro Unificado, Criola, Geledés, Ylê Aie, Terreiros de Matriz Africana, RENAFRO, Grupo Palmares, Associação Cultural de Mulheres Negras — ACMUN e Maria Mulher; estes três últimos oriundos do Rio Grande do Sul. Nesse turbilhão de resistência, em 2001, coletivos de homens e mulheres negro(as) foram à III Conferência de Durban, África do Sul, e exigiram a criação de uma política pública de cotas raciais para o ingresso no ensino superior. A conjuntura política brasileira naquele momento contava com o primeiro governo alinhado à esquerda, o qual foi parceiro na implementação da política de cotas. Aliado a isso, o governo Lula (2002–2009)

instituiu uma política nacional de ampliação das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Através do REUNI, novos cursos foram criados, ampliando o número de vagas nos cursos de graduação (Pereira & Silva, 2010). Foi nesse contexto que foi criado o curso noturno de Psicologia da UFRGS, o que possibilitou que estudantes trabalhadores(as) pudessem ingressar nessa graduação.

Importante salientar que o racismo institucional das IES não permitiu que as cotas fossem apenas raciais e exigiu que houvesse o recorte de classe social. Assim, as cotas são para estudantes de escolas públicas, de todas as raças, com um percentual assegurado para estudantes negros(as) (pretos[as] + pardos[as]). Essa exigência institucional acabou produzindo novas iniquidades raciais, pois estudantes negros(as) e pobres que eram bolsistas em escolas particulares e/ou fizeram a Educação de Jovens Adultos em escolas privadas não puderam se beneficiar das cotas. Em contrapartida, estudantes brancos(as) de escolas militares públicas e/ou dos Institutos de Aplicação públicos, cuja qualidade é muito superior à maioria das escolas privadas, são beneficiários(as) das cotas. Essa é uma história importante de conhecermos, pois, como afirma Maria Aparecida Bento (2002), sempre que se faz uma política para a população negra, a população branca acaba se beneficiando também.

Assim, em 2008, a UFRGS começou a enegrecer e a inquietar a matriz ocidental branca dos nossos estudos, das nossas práticas. Em 2010, o Departamento de Psicologia Social e Institucional começou a se aproximar das temáticas de gênero e raça na violência doméstica. Foi necessário um deslocamento geográfico até o Campus do Vale da Universidade para, junto das Ciências Sociais, da História e da Ciência Política, estudar sobre as relações raciais no Brasil. Aliado a isso, foi necessária a aproximação aos movimentos sociais de negros e negras na cidade de Porto Alegre. Em virtude da discussão de mulheres negras sobre gênero e raça, a ONG Maria Mulher foi fundamental para ensinar os(as) professores(as) brancos(as) a enxergar as desigualdades e as violências que permanecem nas relações entre pessoas brancas e negras.

Em 2014, houve uma primeira proposta docente na reunião do Departamento de Psicologia Social e Institucional para que se criasse uma disciplina obrigatória para a Educação das Relações Étnico-Raciais

(ERER), de acordo com a Lei 10.639, de 2003, a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 18/2002 e as Diretrizes Curriculares Nacionais, de 2004, todas consequências do compromisso institucional do Brasil com a III Conferência de Durban (2001). Naquele momento, decidiu-se pela inclusão da temática racial na disciplina de Psicologia Social II e pela criação de uma disciplina eletiva de ERER. O processo de criação da disciplina ERER obrigatória demandaria um trabalho mais longo para sua aprovação. Esse processo só foi retomado depois da ocupação pelos(as) estudantes do prédio do Instituto de Psicologia, pela força do coletivo de estudantes NegrAção e Psicopreta. Cabe destacar o trabalho da equipe da Comissão de Graduação em construir institucionalmente e coletivamente a inclusão obrigatória dos conteúdos das relações étnico-raciais no currículo da Psicologia.

Nesse contexto, foi delineando-se a construção deste livro. Importante destacar que um dos mais significativos impactos da política de ações afirmativas foi a transformação da Universidade no sentido de explicitação do racismo institucional e de tensionamento pelos coletivos de intelectuais e pesquisadores(as) negros(as) para o seu enfrentamento. O gradual enegrecimento das salas de aulas foi desacomodando os(as) docentes brancos(as). Mesmo o Departamento de Psicologia Social e Institucional, reconhecidamente crítico do *status quo* e das iniquidades sociopolíticas, também compactuava com o mito da democracia racial por omissão institucional.

Assim, trazemos ao público reflexões teóricas e resultados de pesquisas que explicitam todo esse percurso inicial de efeitos da política de cotas raciais no curso de Psicologia da UFRGS. Grande parte deste livro emerge das ações do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, no sentido de reafirmar o compromisso desse campo de formação com as demandas sociais brasileiras.

Fundamental destacar que a maioria dos capítulos foi escrito por estudantes e pesquisadores(as) negros(as) que puderam transformar em conhecimento os desassossegos vividos na trajetória universitária. O racismo, em todas as suas dimensões, produz sofrimento e iniquidades de forma integral nas pessoas negras, porém o povo negro sempre resistiu. Da mesma forma, a intelectualidade negra da Psicologia também

resiste e produz conhecimento antirracista para que a formação em Psicologia possa se reconfigurar.

O capítulo que abre este livro é fruto da pesquisa “Racismo, Relações de Saber-Poder e Sofrimento Psíquico”, que teve apoio do CNPq no período entre 2015–2017, tendo sido coordenada por Henrique Caetano Nardi e Raquel da Silva Silveira. O texto apresentado aqui, “Violência Urbana e Sofrimento Psíquico em Usuárias(os) Negras(os) do Sistema Único de Saúde (SUS)”, apresenta uma análise dos resultados quanti-qualitativos de 580 entrevistas realizadas nas Unidades de Saúde da Atenção Básica nas cidades de Porto Alegre e de Pelotas, com usuárias(os) desses serviços. Foi encontrada associação entre sofrimento psíquico da população negra e medo da violência policial. Nos grupos focais, a temática da violência urbana também emergiu de forma significativa. Essa escrita foi elaborada por Raquel da Silva Silveira, Giselle Spindler, Sabrina Gomes Nunes, Henrique Caetano Nardi, Ana Paula Moreira Ferreira, Francielly Muria dos Santos, Míriam Cristiane Alves e Fernanda Souza de Bairros.

Luciana Rodrigues e Bruna Moraes Battistelli, no capítulo 2, “Entre Cartas: Sobre Branquitude e Epistemicídio na Produção de Conhecimento em Psicologia”, discutem sobre a produção de conhecimento em Psicologia e suas relações com a produção de conhecimento e o espaço da sala de aula na formação de psicólogas(os). Um ensaio escrito em cartas; uma escrita-convite ao diálogo com muitas aberturas e um convite para que o tema do capítulo siga sendo discutido por outras pessoas interessadas pela pesquisa e, principalmente, pela formação em Psicologia. As autoras falam sobre racismo, branquitude e epistemicídio e sobre como se percebem nesses lugares de formação em Psicologia, questionando o papel ético-político das(os) envolvidas(os) nesse processo.

Aline de Moura Rodrigues, no capítulo 3, “Iniciação Científica: O que Aprendi sobre Racismo e Sofrimento Psíquico”, compartilha seu aprendizado na formação de seu vir-a-ser pesquisadora como integrante da equipe do projeto “Racismo, Relações de Saber-Poder e Sofrimento Psíquico”. Nesse percurso, pontua o aprendizado acerca de conceitos como branquitude, racismo institucional, cuidado e memória, enfatizando as relações sociais que se estabeleceram na produção do conhecimento científico sobre o impacto do racismo institucional na saúde

mental da população negra usuária do SUS no contexto das cidades de Porto Alegre e Pelotas. A autora destaca seu texto como forma de restituição, abrindo possibilidades para pensarmos nossa ética e nossas posturas na prática do pesquisar. Ao discutir as estratégias de apagamento social da produção de conhecimento acadêmico de pessoas negras, ela nos chama atenção para pensarmos como essa está ligada ao lugar de fala da branquitude crítica — aquela que, como nos fala Lourenço Cardoso, busca formas de reduzir desigualdades raciais — quando esta apresenta dificuldades de olhar suas próprias práticas e admitir o racismo que as perpassa. A autora marca a importância e o aprendizado de estar em um grupo majoritariamente composto por pesquisadores(as) que, como ela, eram negros(as) e o impacto da experiência de entrevistar pessoas sobre suas vivências de discriminação.

Liziane Guedes da Silva, Vera Lúcia Pasini, Sílvia Edith Marques e Analice de Lima Palombini, no capítulo 4, “Costuras Teórico-Clínicas no Acompanhamento Terapêutico: Um Percurso com Areta”, visibilizam como as relações raciais emergem no processo terapêutico de forma explícita quando o corpo negro da profissional de saúde se faz presente. Certamente as relações raciais sempre operam no encontro da escuta terapêutica, mas a branquitude não produz sensibilização e cuidado para a população negra. Dessa forma, essa escrita possibilita aprendizagens sobre os efeitos das relações raciais no percurso terapêutico.

Tiago Rodrigues da Costa, no capítulo 5, “Psicopreta: O Enfrentamento do Racismo no Ambiente Acadêmico e na Formação em Psicologia”, propõe uma memória cuidadosa sobre o processo de construção do coletivo de estudantes negros(as) do Curso de Psicologia da UFRGS. Essa escrita permite captar os impactos da política de ações afirmativas na Universidade, tendo como marco fundamental a consolidação da disciplina ERER no curso de Psicologia, que aconteceu em agosto de 2019.

No capítulo 6, “Registro de um Percurso Curricular: Relações Étnico-Raciais e o Curso de Psicologia da UFRGS”, Cristina Emília Schünemann, Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto e Vera Lúcia Pasini apresentam o percurso e os procedimentos adotados pela Comissão de Graduação do curso de Psicologia na UFRGS, na gestão 2017/2019, para atualizar o currículo de Psicologia conforme as Diretrizes Curriculares

Nacionais que tratam da Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental. Foi assumida a prioridade de contemplar a análise das Relações Étnico-Raciais como campo de contribuição específica e relevante nas formulações da Psicologia brasileira nos âmbitos da ciência, da formação e da profissão.

Em “Trajetos e Percursos: Das (Im)possibilidades de Enfrentamento do Racismo dentro da Academia”, Alisson Ferreira Batista tece, no capítulo 7, a experiência de uma pessoa negra em um mundo branco a partir de suas vivências e trajetória como homem negro em um espaço universitário prioritariamente branco, mostrando como o racismo estrutural que atravessa nossas relações permite que seu processo individual possa ser redimensionado na esfera coletiva. Ao apresentar um entendimento sobre as relações raciais e suas especificidades no contexto brasileiro, o autor evidencia a repercussão do racismo no campo da produção acadêmica. Como possibilidade de sobreviver ao epistemicídio e romper com lógicas racistas presentes nesse universo, ele articula conceitos como *desobediência epistêmica* de Walter Mignolo e elementos da obra de Frantz Fanon para pensar a relação colonização, linguagem e desejo de branqueamento, ao mesmo tempo que traz a força e a sensibilidade de suas vivências no campo de luta e resistência.

No capítulo 8, “Racismo e a Produção de Estereótipos: Impactos na Subjetividade da Criança Negra no Brasil”, a psicóloga Caroline Damazio da Silva realiza uma revisão bibliográfica em revistas indexadas e uma discussão qualitativa nos campos das relações raciais, da Psicologia Social e da Psicanálise. Com o foco na infância como um período fundamental para a constituição psíquica, a autora visibiliza os efeitos do racismo na saúde mental das crianças negras. Ela aponta os impactos do uso de estereótipos enquanto ferramentas eficazes para o mecanismo de uma sociedade racista. Os conceitos estereotipização e racismo são postos em análise, evidenciando que tais efeitos são pouco explorados na infância e na juventude na produção de conhecimento em Psicologia. Entre outros aspectos importantes, esse escrito evidencia que a formação e o compromisso da(o) psicóloga(o) precisam não apenas ser questionados, mas reformulados, considerando o racismo enquanto atravessador na produção de subjetividade assim como a Resolução do CFP n. 018/2002, que aponta que uma das atribuições desse profissional é

contribuir com seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo.

No capítulo 9, “Formação em Psicologia e a Educação das Relações Raciais: Um Estudo sobre os Currículos de Graduação em Psicologia em Porto Alegre e Região Metropolitana”, Jéssyca da Rosa Santos Barcellos apresenta uma importante pesquisa sobre a ausência da temática racial nos cursos de Psicologia. A autora localizou apenas uma faculdade que aborda essa discussão em uma disciplina obrigatória. O texto nos apresenta uma compreensão do racismo em sua perspectiva social, histórica e estrutural enquanto produtor de sofrimento psíquico e de problemas de saúde mental às pessoas negras. Além disso, o escrito explicita a implicação do sujeito branco nas relações raciais, salientando seu lugar de poder e de produção de uma narrativa que se diz universal. Segundo o estudo, a negação da diferença e o silêncio a respeito dos efeitos do racismo vêm permeando a formação de psicólogos(as), que se encontram despreparados(as) para acolher as demandas de relações raciais de sujeitos negros e brancos. Assim, em seu escrito, Jéssyca aponta que os currículos em Psicologia precisam assumir as diferenças entre os sujeitos, fortalecendo o movimento que as ações afirmativas — a partir do ingresso de estudantes negros(as) e demais beneficiários(as) dessa política — têm gerado, no intuito de oferecer o cuidado de que as diferentes populações necessitam, além de reunir recursos para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa, ao menos no que estiver ao alcance da Psicologia.

O capítulo 10, “Escuta Psicológica e Violências Racista, Sexista e LGBTI+fóbica: Diálogos entre Psicologia e Pensamento Descolonial”, de autoria de Renice Eisfeld Machado e Míriam Cristiane Alves, propõe um ensaio teórico analisando de que forma os(as) profissionais de Psicologia compreendem as violências racista, sexista e LGBTI+fóbica na escuta e/ou na produção de conhecimento. As autoras apontam que, na maioria dos casos, a escuta clínica opera enquanto ferramenta de legitimação do colonialismo e da colonialidade na produção de subjetividades, compreensões de gênero e distribuição desigual de poder, sobretudo, perpetuando análises eurocêntricas, heteronormativas, racistas e misóginas. Ao longo do texto, Renice e Míriam propõem o diálogo possível entre a Psicologia Clínica Política, a Psicologia Latino-Americana, o Pensamento Crítico Descolonial e a Interseccionalidade, indicando que

a Psicologia, em suas variadas frentes de atuação, precisa reinventar-se a partir de um engajamento com a realidade social da população que atende, visando a operar crítica e politicamente. Elas sugerem que os(as) psicólogos(as) realizem uma constante observação de si mesmos(as), pondo em questão seus próprios racismo, machismo, homofobia, transfobia e qualquer outra forma de opressão.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer às e aos bolsistas do Núcleo de Extensão e Pesquisas Antirracistas da Psicologia (NEPAR/PSI) da UFRGS, Mateus Victória, Eliane Rodrigues, Ellen Romero, Francyne Padilha e Edília Vargas por nos auxiliarem na revisão das normas técnicas.

Agradecemos à Gráfica da UFRGS, à PROREXT e à Editora da ABRAPSO por possibilitarem a realização deste livro.

Referências

- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone, & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25-58). Rio de Janeiro: Vozes.
- Silveira, O. (2012). *Oliveira Silveira: Obra reunida*. Porto Alegre: CORAG.
- Pereira, T. I., & Silva, L. F. S. C. (2010). As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: Expansão ou democratização? *Revista Debates*, 4(2), 10-31. Recuperado de <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1117.pdf>